

## **Editorial**

### **Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: entre expansão, qualificação e produção de evidências**

Nas últimas décadas, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) têm ampliado sua presença nos sistemas de saúde em diferentes contextos nacionais e internacionais, refletindo uma demanda crescente por abordagens terapêuticas que considerem o indivíduo em sua integralidade. No Brasil, esse movimento ganha contornos institucionais a partir da consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que, ao longo de sua trajetória, tem buscado ampliar o acesso, diversificar as práticas ofertadas e fortalecer sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse processo de expansão, no entanto, traz consigo desafios estruturais e epistemológicos relevantes. De um lado, observa-se a ampliação do número de procedimentos, serviços e profissionais envolvidos, indicando maior capilaridade das PICS na atenção primária e em outros níveis de atenção. De outro, persistem lacunas relacionadas à qualificação da oferta, à formação profissional, à integração com as demais práticas de cuidado e, sobretudo, à produção e sistematização de evidências que sustentem sua incorporação, manutenção e financiamento no âmbito das políticas públicas.

A produção científica em PICS, embora crescente, ainda enfrenta limitações importantes, especialmente no que se refere à padronização metodológica, à mensuração de desfechos relevantes para o sistema de saúde e à geração de evidências aplicáveis à tomada de decisão. Nesse sentido, torna-se fundamental avançar na articulação entre diferentes tipos de evidência, incluindo estudos clínicos, avaliações econômicas, dados de mundo real e pesquisas qualitativas que capturem a experiência de usuários e profissionais.

Outro aspecto central diz respeito à necessidade de fortalecer a governança das PICS, garantindo que sua expansão ocorra de forma estruturada, equitativa e alinhada às necessidades de saúde da população. Isso implica não apenas ampliar a oferta, mas também qualificar processos de implementação, monitoramento e avaliação, incorporando indicadores que permitam compreender seu impacto em termos de acesso, resolutividade e qualidade de vida.

Adicionalmente, a participação social emerge como elemento estratégico nesse campo. A escuta qualificada de usuários, cuidadores e profissionais de saúde pode contribuir significativamente para a identificação de necessidades não atendidas, bem como para o aprimoramento das políticas e práticas relacionadas às PICS. Nesse contexto, mecanismos

participativos devem ser valorizados não apenas como instrumentos de legitimidade, mas como fontes relevantes de evidência para a gestão em saúde.

Diante desse cenário, a agenda contemporânea das PICS demanda um esforço coordenado entre pesquisadores, gestores, profissionais de saúde e sociedade civil. É necessário avançar na construção de modelos analíticos que integrem diferentes dimensões do cuidado, promovendo uma abordagem que articule ciência, prática e política pública.

A Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (RBPICS) se insere como um espaço estratégico para o fortalecimento desse campo, ao promover a disseminação de conhecimentos, estimular o debate crítico e fomentar a produção científica qualificada. Ao consolidar-se como veículo de divulgação científica, a revista contribui não apenas para o avanço acadêmico, mas também para a qualificação das práticas e políticas em saúde.

Assim, este editorial convida à reflexão sobre os caminhos futuros das PICS no Brasil, destacando a importância de alinhar expansão com qualidade, acesso com evidência e prática com política pública. O fortalecimento desse campo dependerá, em grande medida, da capacidade coletiva de produzir conhecimento relevante, aplicável e comprometido com os princípios do SUS.

Vinícius Bednarczuk de Oliveira  
**Editor-Chefe da RBPICS**